



**Gabinete
das Fronteiras
Marítimas**

FÓRUM ORGANIZADO PELO INSTITUTO INTERNACIONAL DA PAZ E O GABINETE DAS FRONTEIRAS MARÍTIMAS

**"A História de Timor-Leste: Garantindo
a sua Soberania Terrestre e Marítima"**

Instituto Internacional da Paz,
Nova Iorque, 01 de outubro de 2015

1

DISCURSO DE ABERTURA DE SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE, DR. RUI MARIA DE ARAÚJO

Bom dia a todos.

Obrigado por se juntarem a nós para nos ouvirem e para oferecerem as vossas ideias, experiência e sabedoria, enquanto partilhamos a história de Timor-Leste relativamente à conquista da nossa soberania sobre o nosso território terrestre e agora sobre o nosso território marítimo.

Muitos conhecem a nossa luta pela independência, mas o mais importante ainda é que muitos estiveram connosco durante esses longos e difíceis anos.

Nós, timorenses, somos um povo forte e resiliente. Combatemos contra um adversário muito mais forte e pagámos um preço muito alto para garantirmos a nossa soberania.

Construímos a nossa nação a partir das cinzas da guerra e estamos empenhados no nosso desenvolvimento, orientados pelo nosso Programa de Governo e pelo nosso Plano Estratégico de Desenvolvimento.

Quando fizemos a transição para a auto-governação, algo inédito em mais de 500 anos, estabelecemos uma democracia parlamentar, sistemas de administração pública e começámos a assentar os alicerces de um Estado.

Somos hoje um Estado de direito com uma sociedade aberta, meios de comunicação social livres e uma sociedade civil robusta.

Temos também uma das maiores percentagens do mundo de representação de mulheres no Parlamento.

Embora tenhamos ainda um longo caminho a percorrer, temos muito orgulho nas nossas realizações de construção da paz e de construção do Estado.

No entanto, a nossa luta pela soberania ainda não terminou. A última fronteira é o território marítimo de Timor-Leste.

Timor-Leste ainda não definiu fronteiras marítimas permanentes com os seus dois grandes vizinhos, a Austrália e a Indonésia.

Estamos satisfeitos por podermos anunciar que já iniciámos conversações com a Indonésia, relativamente às fronteiras marítimas. Este é um primeiro passo histórico rumo à definição de fronteiras marítimas definitivas. Como ambos os nossos Estados partilham o objetivo de chegar a um acordo final sobre as fronteiras de acordo com o direito internacional, acreditamos que vamos fazer bons progressos.

O que pedimos à Austrália é exatamente o mesmo: vamos sentar-nos juntos e finalmente desenhar a linha.

O Governo de Timor-Leste determinou que a definição das nossas fronteiras é uma prioridade nacional. Esta prioridade nacional é partilhada por todos. Não poderemos dizer que atingimos plena soberania até ver reconhecidos os nossos direitos sobre o nosso território terrestre e marítimo.

Enquanto nação costeira, os mares e oceanos que nos rodeiam são essenciais para a cultura e para o modo de vida dos timorenses, sendo igualmente uma fonte vital de subsistência para o nosso povo.

Como nação pequena que somos, estamos cientes das nossas vulnerabilidades. Vivemos num mundo desigual. Desde sempre que os pequenos Estados correm o risco de ser engolidos por agendas e interesses maiores.

É por isso que Timor-Leste apoia tão vivamente as Nações Unidas e o direito internacional. O sistema multilateral e o direito internacional orientam para comportamentos justos e podem providenciar opções para os Estados relativamente à resolução de disputas.

Após a descoberta de vastas reservas de petróleo e gás no Mar de Timor durante as décadas de 1950 e 1960, a Indonésia e a Austrália iniciaram negociações sobre a delimitação do fundo marinho. Timor-Leste, na altura uma colónia portuguesa, não foi incluído nestas negociações.

A Austrália foi a primeira e única nação no mundo a reconhecer a ocupação militar indonésia de Timor-Leste, no seguimento da invasão militar de 1975.

As Nações Unidas, por outro lado, não reconheceram esta ocupação.

Esta é apenas uma pequena parte da história que conduziu a um acordo entre a Austrália e a Indonésia relativamente aos direitos sobre o fundo do mar, antes da independência de Timor-Leste. Este acordo, conhecido como o Tratado do Timor Gap, deu à Austrália direitos de pesquisa e exploração de recursos numa vasta área do Mar de Timor, mesmo até ao Timor Trough, a umas meras 40 milhas náuticas da costa de Timor-Leste.

O Tratado do Timor Gap deixou de ser reconhecido depois dos timorenses terem votado de forma esmagadora pela independência. No entanto, o seu modelo tornou-se a base para as negociações sobre um novo tratado entre a Austrália e a Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste (UNTAET), a qual administrou o nosso país entre 1999 e 2002.

Os vestígios deste passado permanecem no atual regime de tratado provisório entre a Austrália e Timor-Leste. Este regime estabelece acordos temporários para a partilha de recursos, que, contudo, não prejudicam a demarcação final de fronteiras marítimas entre os nossos países.

É chegada a hora de definirmos permanentemente as nossas fronteiras marítimas e de reconhecermos e fazermos valer os direitos de Timor-Leste, à luz do direito internacional.

A nossa experiência diz-nos que o direito internacional é eficaz na proteção dos direitos e interesses de pequenos Estados.

Quando Timor-Leste contestou, junto do Tribunal Internacional de Justiça, a apreensão por parte da Austrália de documentos confidenciais que nos pertenciam, Timor-Leste e a Austrália estiveram lado a lado como iguais – e o TIJ decidiu a nosso favor.

Timor-Leste instaurou, também, uma ação legal contestando o atual regime do Tratado do Mar de Timor, alegando que a Austrália espiou a equipa negociadora de Timor-Leste no período que precedeu o acordo de 2006.

Contamos agora com o direito internacional para determinarmos as nossas fronteiras marítimas com os nossos grandes e poderosos vizinhos. Todos os Estados que aderiram à Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, incluindo Timor-Leste, a Austrália e a Indonésia, estão vinculados às regras e princípios desta Convenção.

A Convenção contém mecanismos de resolução de disputas para ajudar os Estados a chegarem a um acordo sobre fronteiras marítimas. Contudo, em março de 2002, mesmo antes de Timor-Leste se tornar uma nação independente, a Austrália optou por se retirar da jurisdição do Tribunal Internacional de Justiça e dos órgãos de resolução de disputas previstos na Convenção, relativamente à questão da demarcação de fronteiras.

Deste modo, caso não consigamos chegar a um acordo bilateral com a Austrália, Timor-Leste não poderá solicitar a um tribunal internacional que decida onde fica uma fronteira equitativa, segundo o direito internacional.

Temos esperança que o novo Primeiro-Ministro da Austrália esteja preparado para se juntar a nós na mesa de negociações e fechar a última lacuna nas fronteiras marítimas da Austrália.

Tudo o que pedimos é o reconhecimento dos nossos direitos marítimos segundo o direito internacional.

Obrigado.

2

DISCURSO DE SUA EXCELÊNCIA O MINISTRO DO PLANEAMENTO E INVESTIMENTO ESTRATÉGICO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE, XANANA GUSMÃO (TRANSCRIÇÃO)

Obrigado a todos e bom dia.

Espero que consigam entender os nossos problemas. Estou muito satisfeito porque é a primeira vez que eu venho ao Instituto Internacional da Paz.

Às vezes, quando falamos de paz, olhamos para a África e para a guerra. Nós pensamos que o tempo para falar sobre a paz é quando há guerra nos países. Mas eu acredito que a paz não é apenas a ausência de guerra, a paz é também a paz de espírito.

Vamos falar sobre a consciência e a mentalidade. O meu colega, Dr. José Ramos Horta, está muito otimista sobre a Austrália. Eu não estou. E isto é democracia.

Temos opiniões diferentes, pois, como um ex-primeiro-ministro do Reino Unido disse, não há aliados permanentes, nem amigos permanentes, mas apenas interesses permanentes.

Este é o problema. Esta é a mentalidade. Esta é a mentalidade das nações poderosas quando lidam com pequenos países como o nosso.

Sim, reconhecemos e não negamos a participação dos soldados australianos após o referendo de 1999. Mas não foi para nos salvar, foi para nos ajudar a pôr fim à violência cometida pelas milícias pró-Indonésia. Não foi para nos salvar.

Nós salvámos a Austrália durante a Segunda Guerra Mundial. Nós éramos uma colónia portuguesa e a política de Portugal durante a guerra foi de neutralidade para evitar a invasão do Japão.

O Japão bombardeou Darwin antes de vir para Timor-Leste mas houve uma guerra no nosso país para salvar a Austrália.

Muitos timorenses morreram e muitos ajudaram os guerrilheiros australianos. Foi por isso que, em 1999, poderíamos dizer que a Austrália pagou sua dívida.

Eu tenho que corrigir esta perceção, porque na Austrália, a nível político, a mensagem é sempre que a Austrália ajudou Timor-Leste, a Austrália salvou Timor-Leste.

Nós dizemos não, porque sem a nossa luta, e a dos ativistas, os bons defensores dos nossos direitos como o Professor Noam Chomsky e outros aqui hoje presentes, a Austrália nunca teria entrado em 1999 com as suas tropas.

Porquê? Porque em 1989, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Austrália e o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia assinaram um acordo para explorar os nossos recursos, bebendo champanhe e esquecendo que estávamos a lutar. Um pequeno exército de guerrilha timorense contra batalhões indonésios.

É por isso que não posso concordar com declarações políticas tais como: "Nós salvámos-vos. Estamos a ajudar-vos." Não, desculpem. Enquanto estávamos a morrer.

E na Segunda Guerra Mundial cerca de 70.000 timorenses morreram para defender a Austrália.

Durante a ocupação de 24 anos, cerca de 200 mil pessoas morreram. Quando estávamos a sofrer, a Austrália e a Indonésia assinaram um acordo para compartilhar os nossos recursos - vocês ficam com 50, nós ficamos com 50. E eu acredito que Gareth Evans disse a Ali Alatas: acelerem a guerra, matem-nos e obtemos os benefícios.

Em 1999, Ian Martin estava a liderar a Missão das Nações Unidas para preparar o nosso referendo. Tenho que dizer que estávamos a lutar pela nossa independência, mas nunca, nunca, nunca nos preparamos para ser independentes em termos de recursos humanos, em termos de capacidades e a Austrália aproveitou a nossa falta de conhecimento.

Alguns dizem ingenuidade; eu não digo isso. Eu preferiria ignorância a ingenuidade.

Eles aproveitaram-se da nossa falta de conhecimento, da nossa falta de preparação, e nós herdámos um tratado assinado com a Indonésia que não poderia ser evitado.

Em vez de irmos a cada seis meses para o mundo suplicar dinheiro para podermos construir o nosso país, era uma oportunidade para conseguir dinheiro. E nós concordamos, concordámos em continuar esse acordo.

Depois disso, eu acredito que muitos de vocês já ouviram falar sobre os documentos apreendidos e o caso de espionagem.

Sim, às vezes ouvimos falar de inteligência económica, de inteligência financeira, mas nós não aceitamos o uso de inteligência militar para tirar proveito de negociações económicas. Foi por isso que apresentámos o caso.

Estamos a falar de fronteiras marítimas, porque estamos a falar sobre os recursos no Mar de Timor. Eu não uso a palavra forçados, mas eu diria que Timor não estava inclinado a assinar um acordo onde nós não poderíamos falar sobre as fronteiras marítimas por 50 anos e, além disso, com a exploração de recursos continuando em curso.

Assim, depois de não restar mais nada, então temos direito às fronteiras marítimas!

Cito, novamente, o ex-primeiro-ministro do Reino Unido: os interesses são permanentes.

Aliados e amigos, nós sentimos de ano para ano, tentamos construir a nossa capacidade para compreender, para compreender as coisas, para entender o processo, para corrigir. Eu diria mesmo que essa é a nossa virtude.

Passados dois ou três anos, nós olhámos para trás e percebemos que tínhamos cometido um erro e que precisávamos de o corrigir.

Começámos a entender que estávamos a ser usados por um grande vizinho. Um vizinho que, gostaria de repetir, foi o único país ocidental a reconhecer a anexação de jure.

A anexação que não foi uma anexação pacífica; foi uma anexação sangrenta e apenas por causa dos recursos. Para nós é imoral, devemos dizer.

É por isso que não estamos aqui a pedir a vossa compreensão. Se houvesse apenas atum, caranguejos ou crocodilos no nosso mar - mas tendo em conta que há algo (petróleo), então não vamos permitir que um país grande e rico, um país desenvolvido nos venha tirar isso.

Conseguimos a independência com a ajuda de muitos de vocês, mas nós ainda não alcançámos a nossa plena soberania.

O mundo pode ser muito pacífico, pode ser muito democrático, mas sem o progresso económico, o desenvolvimento económico, é o mesmo, só está a criar o risco de violência e conflito.

De um modo muito diplomático e positivo, esperamos que a Austrália venha a sentar-se connosco à mesa sobre isto, mas eu não acredito que isso vá acontecer. Eu sou céptico em relação a isso, porque eu fui céptico durante 24 anos.

E nós dissemos, se precisamos morrer para obter a independência, vamos morrer, e morremos. Agora, eu não digo que precisamos morrer, mas se tivermos que lutar, temos de lutar pela nossa plena soberania.

O único caminho é a delimitação das fronteiras marítimas. Digo isso porque, como o Primeiro-Ministro já mencionou, a fronteira entre nós e a Austrália é apenas 5% da fronteira da Austrália.

E a Austrália já assinou fronteiras marítimas com todos os seus vizinhos, exceto connosco. Dois meses antes de se sermos independentes, a Austrália retirou-se apenas das disputas sobre fronteiras marítimas.

Isso significa alguma coisa, significa algo. Pelo menos significa má fé. Pelo menos significa um sentimento de não compaixão. Isso significa algo muito diferente do que compaixão.

Estamos aqui. Nós estamos a falar sobre isto. Eu lembro que eu fui à República Democrática do Congo. Eles são mais ricos do que nós. Eles têm problemas, mais ricos do que nós com problemas.

Eu fui à República Central Africana - também mais ricos do que nós. Há problemas lá. Eu conversei com as fações beligerantes e eles disseram que a raiz do problema é que há lá diamantes, os seus recursos.

Eu acredito que todos vocês sabem mais do que eu sobre os problemas do mundo. Se há alguns conflitos ou diferença, a causa é sempre algo mais do que a simples delimitação de uma linha ou fronteira.

É por isso que estamos aqui. Estamos aqui, como o Primeiro-Ministro disse no seu discurso, porque nós esperamos que vocês possam oferecer as vossas ideias.

Às vezes, talvez porque é emocional, não temos uma maneira calma de pensar e esperamos que sua participação aqui, senhoras e senhores, possa ajudar a pensar em conjunto. Para nós, isso é importante.

Às vezes falamos de sustentabilidades; Às vezes falamos sobre o futuro.

Nós não desempenhamos um grande papel na Comunidade Internacional.

Nós não somos ambiciosos para nos tornarmos num país que toma grandes decisões.

Mas estamos a ajudar, estamos a ajudar outros 19 países: frágeis, em conflito ou pós-conflito.

E em muitos desses países há recursos.

E os recursos são também a causa dos conflitos internos ou conflitos com outros.

Nós não vamos evitar esses países.

Somos contra a guerra e contra quem comete guerra ou promove a guerra.

Mas neste conflito de interesses, vamos lutar pelos nossos direitos.

Muito obrigado.

3

**DISCURSO DE SUA EXCELÊNCIA O DR. JOSÉ RAMOS-HORTA
(TRANSCRIÇÃO)**

Obrigado mais uma vez Warren por nos receberem aqui neste escritório. Ouviram o discurso de abertura do Primeiro-Ministro Rui Araújo. Vão ouvir também de uma pessoa com mais autoridade do que eu, o Maun Bo'ot, irmão mais velho Xanana Gusmão, que irá esclarecer melhor os nossos pontos de vista sobre esta questão.

Eu gostaria apenas de dizer que nós, como o Governo anunciou recentemente, tivemos uma delegação indonésia em Timor-Leste para começar a preparar as negociações sobre fronteiras marítimas com Timor-Leste. Eu era Ministro dos Negócios Estrangeiros quando iniciámos as conversações com a Indonésia para a demarcação das fronteiras terrestres. Num curto período de tempo, chegámos a acordo sobre cerca de 98% e o trabalho físico real de demarcação de fronteiras começou. Os restantes dois por cento provavelmente serão fechados muito em breve. É por isso que tanto a Indonésia como Timor-Leste estão agora prontos para iniciar as negociações sobre as fronteiras marítimas. Claro que o mais complicado foi e será com a Austrália.

Partilhamos o Mar de Timor entre Timor-Leste e a Austrália. Temos 368 milhas, eu acho, que significa que há sobreposição, impedindo cada um dos lados de reivindicar 200 milhas. Se fosse o caso do que está estabelecido na lei internacional, desenha-se uma linha mediana. É tão simples quanto isso. Simples, se não houvesse petróleo e gás na área, que um lado já tem vindo a explorar anos antes de Timor-Leste conseguir a sua independência. Mas o que Timor-Leste reclama é muito, muito simples, muito básico e não é nada fora deste mundo. Devemos chegar a acordo sobre uma fronteira marítima seguindo a prática internacional de delimitação segundo a linha mediana.

A Austrália, como vocês sabem, é um país amigo de Timor-Leste. A Austrália contribuiu enormemente, especialmente em 1999, para garantir um consenso internacional, juntamente com as Nações Unidas, para resolver o conflito no momento em 1999. E a Austrália pagou um preço político pesado na sua relação com a Indonésia para liderar a missão da ONU na época. E a Austrália tem sido muito, muito generosa, desde então, ajudando o Governo de Timor-Leste com assistência para o desenvolvimento. E nós temos um ótimo relacionamento - pessoas para pessoas, governo para governo. Há um novo Primeiro-Ministro da Austrália. O Primeiro-Ministro com o qual temos vindo a lidar nos últimos dois anos foi derrubado numa situação sem derramamento de sangue, ao contrário de alguns dos nossos países, onde golpes são muito mais graves, com implicações mais graves; na Austrália, eles fazem isso mais pacificamente. Isto criou um novo arranjo político inteiro na Austrália. Às vezes, quando se está num impasse ou numa situação tensa, uma mudança de governo pode ser para o melhor. Pode haver uma nova forma de pensar por parte da Austrália de que faria sentido absoluto de realmente desenhar a linha mediana e estabelecer fronteiras marítimas e rever as disposições existentes que realmente seriam mais equitativas e justas para o povo de Timor-Leste.

Na atual situação internacional, lidamos com tensões incríveis e violência no mundo, e uma coisa que sempre me vem à mente é que se os governos e líderes lidassem com as situações com sentido de sentimento, de compaixão, de sabedoria, muitos destes problemas não teriam ocorrido.

Então, eu espero que a Austrália seja o país auto-consciente que é, que se irá sentar ao nosso lado e amigavelmente concordar com o que é justo e com o que vai beneficiar mutuamente ambos, Timor-Leste e a Austrália. No longo prazo, a Austrália como um país desenvolvido também depende de parcerias internacionais ativas e de comércio internacional ativo, a fim de ter um Timor-Leste próspero e estável e uma região estável e próspera. Eu acredito que na Austrália o senso comum e a sabedoria irão prevalecer e as negociações sobre fronteiras marítimas serão céleres. Eu sou um eterno otimista, às vezes ingénuo ou muito frequentemente ingénuo, mas eu acho que vamos ser capazes de chegar a um acordo, porque eu conheço a Austrália bem. Eu viajei por toda a Austrália, atravessei o deserto de autocarro e apanhei boleia para fazer o caminho de regresso, isto no início dos anos 70, tentando fugir do recrutamento militar em Timor-Leste. Fui enviado de volta a Timor passado três meses. Bem, eu realmente voltei depois de três meses, porque eu não queria ser preso na Austrália, então eu voltei. Assim eu conheço bem o país e as pessoas, pessoas extraordinárias. É por isso que estou muito otimista que com o poder de compaixão por parte do público australiano e também com a sabedoria do nosso lado, vamos ser capazes de chegar a um acordo. Portanto, estes são os meus comentários, não técnicos, mas influenciado pela minha formação prévia para o sacerdócio; é por isso que eu falo desta maneira. Obrigado.

Gabinete das Fronteiras Marítimas

Conselho para a Delimitação Definitiva das Fronteiras Marítimas
Díli, Timor-Leste
+670 7742 5544
info@gfm.tl



**Gabinete
das Fronteiras
Marítimas**